

Introdução a “A formação da personalidade em camponeses que fazem o uso comum da terra”

Solange Struwka*

Nem a opressão dos de baixo, nem a crise dos de cima, são suficientes para produzir a revolução – a única coisa que produzirão será a putrefação do país – é preciso uma classe revolucionária capaz de transformar o estado passivo de opressão em estado ativo de cólera e de insurreição .

(LÊNIN, 1913).

Este artigo é introdução a um trabalho gestado e desenvolvido na paixão e na indignação de quem, nascida e formada nas terras de uso comum, no Sul do Brasil, aprendeu o amor e o respeito à natureza e ao ser humano como sentido maior da existência. Princípio ininterruptamente desrespeitado, sem dó nem piedade, pela imposição presunçosa da hegemonia do capital.

A transformação da *Mãe Terra*, nosso bem comum, em mercadoria, acessada por poucos e a serviço da produção de *commodities*, foi e tem sido o pano de fundo desta tese e da minha (nossa) história. Mata no chão, rios soterrados, monoculturas, agrotóxicos na terra, na água e nos alimentos, financeirização, dívidas e expulsão de famílias do campo. Destruição da natureza e superexploração da força de trabalho da nossa gente. Foi experienciando e atribuindo sentido a essas contradições, vividas no

* Psicóloga e pedagoga, doutora em Psicologia Social (USP); professora da Universidade Federal de Rondônia. É pesquisadora e coordenadora do Núcleo Práxis de Pesquisa, Educação Popular e Política da Universidade de São Paulo.

campo brasileiro, que me constituí mulher camponesa. A partir das aprendizagens e desafios enfrentados, assumi a necessidade de compreender a história dos povos e grupos que nos formaram – e que seguem relegados do “saber acadêmico” – como necessidade histórica, e assim, me assumi pesquisadora. Como herdeira da saga dos camponeses e camponesas, mais do que uma pesquisa, essa é parte de um compromisso ético/político. Dívida a muitos que produziram e acumularam conhecimentos, práticas e lutas que aprendi nas relações cotidianas. O dever de quem teve a possibilidade de acessar a educação formal em um país que segue negando o direito à terra, trabalho, saúde e educação àqueles que produzem os alimentos e protegem nosso bem maior: a biodiversidade e o saber conviver com ela.

Desse modo, esta pesquisa apresentará histórias e contextos de uma gente que não se rende e nem se dobra diante da mercadorização imposta pelo “deus” capital. Uma gente que nunca se calou e que não considera a possibilidade de fazê-lo. Em outros termos, grupos que pelejam, resistem, lutam e gritam que outras formas de organizar a produção e a reprodução da vida comunitária sempre existiram e existirão (e resistirão). Acreditemos ou neguemos, considerados ou invisibilizados, estão aí, sendo a mais forte expressão da existência real e concreta de que outras formas de organizar as relações de apropriação da natureza, para suprir as necessidades da comunidade, são possíveis. Além disso, denunciam e anunciam que essa forma de produção material de vida – hegemonicamente apresentada como única e onipotente –, subsumida como apropriação privada da natureza e do trabalho, não é destino, nem fim último da humanidade. Mas, sim, é limite civilizatório da continuidade da nossa existência, pois está assentada sob a égide da irracional utilização do trabalho e da terra como recursos ilimitados.

A longa e constante luta, iniciada em 1492, foi e é realizada de diferentes formas pelos diversos povos e grupos presentes em nosso país e continente. Como marcas em comum, possuem a violência colonial e “pós-colonial” dos invasores europeus – que se constituíram do saque dos povos americanos, africanos, asiáticos e de seu próprio povo (europeu) – e a permanente e viva peleja pelos seus territórios. Disputas que são motivadas por diversos sentidos e significados dados à natureza e ao trabalho, que têm como núcleo em comum e central a consciência de que a natureza é a origem de toda a vida. Concepção que se contrapõe à estrutural e estruturante organização

construída, objetiva e subjetivamente, sobre os corpos, mentes e territórios dos sujeitos que vivem condicionados à desigual forma de produção e acumulação capitalista de riqueza.

A busca onipotente de consolidação estrutural do capitalismo sobre o mundo – imposta por alguns poderosos europeus e norte-americanos – foi acompanhada pela negação dos povos originários e de outros grupos sociais que resistem à transformação da terra em mercadoria. Estas culturas e grupos são, ainda hoje, desconhecidos e desconsiderados como parte da população brasileira e latino-americana. São indígenas, quilombolas, fundos e fechos de pastos, geraizeiros, faxinalenses, dentre muitos outros intencionalmente esquecidos na história antiga e atual.

Assim, aqui, na América Latina, temos um duplo trabalho a ser feito. Lutar contra o capitalismo e imperialismo e superar o colonialismo/eurocentrismo. Entendemos que enquanto o modo dominante for o capitalista e o pensamento dominante for o de matriz grega (o ser é, o não-ser não-é), a apropriação da natureza e a existência da mesma será sempre conflitiva e predatória. Em contrapartida, estes povos e grupos podem nos ensinar como reconstruir a utopia, definida por Hinkelammert e Mora (2014) como a recuperação do direito e da possibilidade do ser humano viver dignamente em uma sociedade que assegure, a longo prazo, alimentação, casa, trabalho, educação e saúde para todos, sem que precise destruir a sua própria natureza.

Nessa perspectiva, também queremos ressaltar que o embate e disputas entre as diferentes formas de organizar a produção e a reprodução da vida persistem. Assim como nas disputas com o capitalismo central os trabalhadores europeus constituíram a proposta do socialismo/comunismo, aqui, no capitalismo periférico e dependente, também podemos nos inspirar nos princípios dos povos originários e outros grupos sociais, apropriá-los criticamente e unir aos conhecimentos e culturas acumuladas, para orientar nossas lutas e a construção de outra sociedade. Caminho que para ser trilhado demanda a reconstrução de nossa história, a partir das particularidades da cultura e costumes produzidos. Tarefa imprescindível para rompermos com a identidade colonial e com o racismo. Para superarmos o isolamento do Brasil em relação aos países da América Latina e trilharmos as vias possíveis para a construção de um conceito de identidade, integração e desenvolvimento alicerçado em outro

modo de viver, nesta *Abya Yala*¹. Organização na qual a dominação, a opressão e a exploração não serão os determinantes de nossas vidas.

Enquanto psicóloga social, a parte que me coube neste latifúndio foi compreender, a partir da materialidade da vida, como estes grupos enfrentam as relações de dominação impostas pela sociedade capitalista em seu cotidiano, em seus territórios. Quais nexos e determinações atuam na forma de se apropriar da natureza e organizar as relações de produção e reprodução da vida comunitária, organizadas para suprir as necessidades das famílias que nela vivem; quais são os princípios orientadores de sua concepção de ser humano, sociedade e natureza que garantem a continuidade da apropriação coletiva do território; e como aprenderam e ensinam sobre a imaterialidade da vida a partir das relações concretas, reais e cotidianas.

Estas questões balizaram o desenvolvimento da pesquisa e tiveram como pressupostos a teoria histórico-cultural. Dela destacamos como premissa que o contexto social e cultural é determinante na constituição do sujeito, porém não como cópia direta, mecânica ou linear. Essa constituição se forma a partir das experiências atribuídas de sentido, que se relacionam com os conteúdos psíquicos (cognitivo e afetivo) já formados no próprio sujeito. Assim, partimos do princípio da dialética entre o social, o cultural e o individual – isso é indiscutível –, e entendemos que a chave da transformação do que é propriamente humano, do único e irrepetível em cada pessoa, está na complexa e dialética dinâmica da possibilidade de acesso, internalização e transformação da cultura por cada sujeito (VYGOTSKI, 1991; FARINAS, 2007; BEATÓN, 2005).

Neste íterim, nossa pesquisa é um esforço de nos aproximarmos dos indícios explicativos sobre a formação da personalidade de sujeitos que fazem o uso comum do território, partindo da compreensão dos processos educativos realizados especialmente na família e na comunidade, do desenvolvimento de suas diferentes concepções de mundo, da consciência e do domínio da sua própria conduta. Para isso, nos propusemos a estudar e conhecer os homens e mulheres reais, que vivem o drama humano e produzem a vida concreta através de suas histórias individuais e coletivas.

1 *Abya Yala* na língua do povo Kuna significa “Terra madura”, “Terra Viva” ou “Terra em florescimento” e é sinônimo de América Latina (PORTO-GONÇALVES). Retirado de enciclopédia latina. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/a/abya-yala>

A partir destes objetivos, organizamos a tese da seguinte forma: no primeiro capítulo *Cultura, sociedade e desenvolvimento humano: alguns apontamentos*, apresentamos, a partir do Enfoque Histórico-Cultural, os elementos que consideramos centrais na complexa relação entre o desenvolvimento psíquico e o desenvolvimento social e cultural. Para tanto, abordamos a formação da personalidade a partir da Teoria Histórico-Cultural, por meio da qual discutimos o que consideramos ser os princípios fundamentais da gênese e formação do propriamente humano. Nela destacamos a lei geral do desenvolvimento das funções psicológicas superiores ou culturais, a mediação, a dinâmica interna ou a situação social do desenvolvimento e, por fim, a vivência como categoria funcional de análise e unidade básica do desenvolvimento do psiquismo.

No segundo capítulo, *Diferentes formas de se relacionar com a terra e com a comunidade*, buscamos compreender as diferentes relações que os povos originários e camponeses estabelecem com a terra, a produção e a comunidade; as estratégias utilizadas para a apropriação deste bem comum e os processos que transformaram suas relações com o território e modos de vida. Assim, iniciamos o texto com as análises de Rosa Luxemburgo e José Carlos Mariátegui. Dentre os pontos analisados, destacamos a identificação, a partir de elementos antropológicos, da presença de comunidades com relações baseadas na cooperação e uso coletivo da terra em todos os continentes, compreendida como parte da história humana, e não como uma “particularidade étnica” de uma raça ou de um continente, ou seja, uma forma geral da sociedade humana, em certo momento do desenvolvimento histórico (LUXEMBURGO, 1985). Assim, inserção da questão da terra, dos indígenas e camponeses é central para pensarmos a superação do modo de produção capitalista, ciente de que em um projeto emancipatório, os saberes do passado são uma raiz imprescindível para nos apoiarmos, ao mesmo tempo em que devem ser dialeticamente confrontados com os aspectos realmente emancipatórios e progressistas do conhecimento contemporâneo (MARIÁTEGUI, 2009).

Evidenciamos a cultura do Bem Viver desenvolvida pelos povos Originários Latino Americanos. Concepção que, alicerçada nas experiências individuais e coletivas,

constituem uma forma de se relacionar com a natureza, trabalho e comunidade a partir da complementaridade e da solidariedade. Optamos por apresentar esta cultura devido à hipótese de que ela influenciou a gênese das comunidades pesquisadas.

No terceiro capítulo, *As transformações na apropriação da terra a partir das relações com capital*, apresentamos a construção ideológica sobre a propriedade privada com caráter “universal”, “imutável” e “sagrado”, assim como algumas pesquisas e autores/as que contribuíram na desmistificação do que compreenderam ser os fundamentos da desigualdade social e as diferenças entre as classes sociais. Em seguida, discutimos a combinação entre relações capitalistas e relações não capitalistas de produção como componentes contraditórios do capital, sendo as relações não capitalistas parte do processo de acumulação e forma própria de reprodução que compõe o desenvolvimento desigual e combinado do capital na América Latina.

No segundo item deste capítulo, *Formas de expansão do capital e apropriação da terra de vida: transformações no território*, apresentamos diferentes dimensões do conceito de território. Formados a partir das relações estabelecidas pelos grupos que dele se apropriam, configurando diferentes maneiras de se organizar cultural, econômica, política e geograficamente em suas comunidades. Desses conceitos, salientamos dois: o território capitalista formado pelo latifúndio grilado e que produz para o mercado externo, e o território camponês com seus modos de vida e formas não capitalistas de se relacionar com a terra e com a sua produção.

No item três, *Formação do Território capitalista no Brasil: história e estratégias de transformação da terra em renda capitalizada*, abordamos a história e as estratégias de transformação da terra, bem comum, em renda capitalizada. Processo que tem como principais características a passagem das áreas públicas para o domínio privado, mediado pelas articulações entre os proprietários de terra e o Estado, nomeado como capitalismo rentista. Para finalizar este capítulo, no último item, *Gênese e organização dos Faxinais*, apresentamos os elementos considerados pelos pesquisadores como fundamentais para tratar de tal temática.

No quarto capítulo, *A gênese das práticas de uso comum do território e o desenvolvimento da consciência sobre a necessidade de resistência e luta coletiva*, evidenciaremos os indícios explicativos sobre os elementos constitutivos do modo de

vida faxinalense. Ressaltamos que sua gênese está relacionada à história e à cultura dos Povos Originários, contudo, foi apropriado e desenvolvido ativamente por diferentes grupos étnico raciais. Assim, consideramos que esta maneira de organizar a apropriação da natureza, em benefício da comunidade, é uma forma de adaptação ativa às condições disponibilizadas pela natureza e ao acumulado social e cultural destes grupos. Depois, expomos a transformação dos bens naturais em propriedade para exploração e acumulação individual, processo imposto por meio de relações violentas e desiguais mediadas por instituições privadas e públicas. Em seguida, abordamos como as mudanças estruturais, comunitárias e pessoais, a partir da imposição da apropriação privada, mobilizaram a atuação com movimentos e organizações populares, produzindo as condições para diferentes formas de resistência e luta contra a privatização da natureza, realizada pelos camponeses faxinalenses. De mais a mais, por meio da análise deste processo histórico explicitamos as influências, nexos e determinantes da constituição de processos de consciência mediada pelas tradições e costumes e pelas novas relações, desafios, situações e contextos vividos pelos sujeitos pesquisados.

No quinto e último capítulo, *Natureza e ser humano: unidade e interdependência*, buscamos identificar o sistema de princípios orientadores da concepção pessoal de mundo dos camponeses faxinalenses relacionados às práticas e costumes de uso comum. Estes princípios ou regularidades orientam essa tradicional forma de organizar a vida individual e coletiva e nos possibilitaram compreender os vínculos, relações, nexos, sistemas, interpretações, conteúdos e estruturas formadas pela vivência do uso comum. Caminho pelo qual nos aproximamos das características centrais, singulares e de maior atuação na personalidade destes sujeitos.

Por fim, ressaltamos que este trabalho busca contribuir com a construção de uma Psicologia Crítica, alicerçada nas vivências históricas dos Povos que compõe o Brasil e a América Latina. Interessa-nos compreender as experiências e saberes destas comunidades, para que possamos acumular força e conhecimento na construção de outra sociedade, como as comunidades faxinalenses provam ser possível, onde as necessidades do “Nós” seja mais importante do que a de poucos “Eus”. Além disso, o esforço consiste em colocar a psicologia a serviço da explicação sobre organização

social orientada para produzir desenvolvimento cultural e da consciência, ou, das funções psicológicas superiores, personalidade. Visto que, como já afirmava Ignacio Martín Baró “a Psicologia social pode ajudar a desentranhar com espírito crítico, em que o senso comum será substituído por uma ‘nova consciência’ que seja a base de uma convivência mais equitativa e humanizante.” (BARÓ, 1982, p. 248).

Struwka, Solange. *A formação da personalidade em camponeses que fazem o uso comum da terra* [Introdução]; orientador Bernardo Parodi. São Paulo, 2019. 245 f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2019.

1. Personalidade. 2. Camponeses faxinalenses. 3. Psicologia Histórico Cultural. 4. Psicologia Social. 5. Uso comum da terra. I. Svartman , Bernardo Parodi , orient.
II. Título.